

**HABEAS CORPUS Nº 549.100 - MA (2019/0358831-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO  
IDELVALTER NUNES DA SILVA - MA004783  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : RIVELINO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **RIVELINO DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**.

O d. Juízo da execução realizou a unificação das penas, estabelecendo o dia do último trânsito em julgado para o MP ou da última prisão como marco para os benefícios executórios (fls. 42-43).

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de agravo em execução, o qual foi **desprovido** pelo eg. Tribunal de origem, nos termos do v. acórdão assim ementado (fls. 9-15):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. DATA DE ÚLTIMA PRISÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. Conforme reiterados julgados deste Egrégio Tribunal de Justiça, sobrevindonova condenação no curso da execução penal, a contagem do prazo para a concessão de benefícios é interrompida e passa a ter como parâmetro a pena unificada ou somada, considerando-se como termo inicial para a contagem do período aquisitivo, a data do trânsito em julgado da última condenação, não importando se o delito é anterior ou posterior ao início da execução penal.*

*2. Ademais, a alteração da data-base é consequência do ônus a ser suportado pelo preso por ter advindo no curso da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*execução da sua pena nova condenação, pouco importando se por delito praticado antes ou após o início de cumprimento da pena, pois a Lei de Execuções Penais não faz tal distinção.*

*3. Recurso conhecido e improvido."*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa alega que a fixação de nova data-base para a concessão de benefícios, após a unificação das penas, não possui disposição expressa prevista em lei, de modo também que fere a jurisprudência do eg. Superior Tribunal de Justiça e desconsidera parcela de pena já cumprida.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, "*para afastar a fixação da data do trânsito em julgado da última sentença condenatória como novo marco para a concessão, ante a flagrante ilegalidade e inadequação com o entendimento deste Colendo tribunal Superior; [...] A confirmação da liminar pleiteada, para afastar o novo marco para concessão dos benefícios, permanecendo a data anteriormente fixada, ou seja, aquela da prisão em 26/06/2016*" (fl. 8).

É o relatório.

**Decido.**

Com efeito, a **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça, em 22/2/2018, ao julgar o **REsp n. 1.557.461/SC**, Relator o Ministro **Rogério Schietti Cruz**, e o **Habeas Corpus n. 381.248/MG**, de relatoria da Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, com Relator para o acórdão, o Ministro **Sebastião Reis Júnior**, sedimentou o entendimento de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.

Confira-se a ementa do REsp n. 1.557.461/MG:

**"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO**

*MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. 2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconSIDERAÇÃO do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução. 3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem. 4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena. 5. Recurso não provido." (REsp 1557461/SC, **Terceira Seção**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 15/03/2018)*

Verifica-se, portanto, a presença dos requisitos autorizadores da medida urgente, uma vez que a decisão vergastada está em confronto com a nova orientação jurisprudencial firmada pela **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça.

Ante o exposto, **concedo a liminar, parcialmente**, para suspender, até o julgamento do mérito deste **writ**, os efeitos das decisões vergastadas, devendo, por ora, **se considerar a data da última prisão ou falta grave como**

**marco para a progressão e, para os demais benefícios, o dia de início de cumprimento das penas.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo da Execução Penal.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator